



RELATÓRIO DE IMPACTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Impacto 1 – Alteração de Gratificações

Altera o inciso II do art. 1º da Lei Municipal nº 931/2019 — gratificação do Oficial Administrativo para R\$ 800,00
Projeto de Lei nº 006/2026

1. Identificação do Projeto de Lei

O presente relatório demonstra o impacto financeiro e orçamentário decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº 006/2026, que altera o inciso II do art. 1º da Lei Municipal nº 931/2019, readequando o valor da gratificação do servidor titular do cargo de Oficial Administrativo designado para prestação de serviços ao Poder Legislativo.

Item	Descrição
Projeto de Lei	Projeto de Lei nº 006/2026, de 10 de fevereiro de 2026
Objeto	Altera o inciso II do art. 1º da Lei Municipal nº 931/2019
Lei alterada	Lei Municipal nº 931, de 23 de dezembro de 2019
Valor anterior (inciso II)	R\$ 300,00 (Oficial Administrativo)
Valor proposto (inciso II)	R\$ 800,00 (Oficial Administrativo)
Vigência	A partir da data de publicação
Custeio	Ressarcido ao Executivo pelo Legislativo via desconto no duodécimo

2. Servidores, Verbas e Diferença Mensal

A tabela apresenta os servidores afetados pela alteração, com os valores atuais, propostos, a diferença mensal e o reflexo nas contribuições previdenciárias (RPPS).

Servidor	Verba	Valor Atual	Valor Proposto	Diferença Mensal
Oficial Administrativo / Tesoureiro	Auxílio para Dif. Caixa Legislativo	R\$ 308,98	R\$ 800,00	R\$ 491,02
Oficial Administrativo / Empenhos	Grat. Serviços Legislativo	R\$ 318,06	R\$ 800,00	R\$ 481,94
Total Salários		R\$ 627,04	R\$ 1.600,00	R\$ 972,96
RPPS	Encargo previdenciário s/ acrécimo	R\$ 213,07	R\$ 543,68	R\$ 330,61
TOTAL MENSAL	Salários + RPPS			R\$ 1.303,57



3. Estimativa de Impacto Financeiro Anual

Projeção considerando 12 meses de salários, 13º salário, 1/3 de férias e encargos ao RPPS, com acréscimo projetado de 4% nos exercícios subsequentes.

Componente	Anual 2026	Anual 2027 (+4%)	Anual 2028 (+4%)
12 meses	R\$ 9.729,60	R\$ 16.268,55	R\$ 16.919,30
13º Salário	R\$ 810,80	R\$ 1.011,88	R\$ 1.052,35
1/3 Férias	R\$ 270,27	R\$ 337,29	R\$ 350,78
RPPS	R\$ 3.306,12	R\$ 4.126,04	R\$ 4.291,08
TOTAL	R\$ 14.116,78	R\$ 21.743,76	R\$ 22.613,51

Observação: conforme a Lei nº 931/2019, o Poder Legislativo ressarcirá integralmente esses valores ao Executivo mediante desconto no duodécimo, no mês subsequente à despesa.

4. Impacto no Índice de Despesa com Pessoal — LRF

4.1 Base de Cálculo — RGF 2º Semestre / 2025

Dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – 2º Semestre, Exercício 2025, Modelo 9 – Demonstrativo dos Limites:

Indicador	Valor (R\$)	% s/ RCL
RCL – base Despesa com Pessoal (RGF 2º Sem/2025)	R\$ 30.355.387,02	—
Despesa Total c/ Pessoal – 12 meses	R\$ 11.762.300,87	38,75%
Limite de Alerta – LRF art. 59, §1º, II		48,60%
Limite Prudencial – LRF art. 22, §único		51,30%
Limite Legal – LRF art. 20, III, b		54,00%

4.2 Projeção do Índice após Implementação

Evolução do índice de despesa com pessoal em relação à RCL, considerando o acréscimo anual estimado:

Ano	Desp. Pessoal Atual	Acréscimo Estimado	Nova Desp. c/ Pessoal	% s/ RCL
Atual	R\$ 11.762.300,87	—	R\$ 11.762.300,87	38,75%
2026	R\$ 11.762.300,87	R\$ 14.116,78	R\$ 11.776.417,65	38,80%



2027	R\$ 11.762.300,87	R\$ 21.743,76	R\$ 11.784.044,63	38,82%
2028	R\$ 11.762.300,87	R\$ 22.613,51	R\$ 11.784.914,38	38,82%

Abaixo do Limite de Alerta (< 48,60%)
Entre Limite de Alerta e Limite Legal (48,60% – 54,00%)
Acima do Limite Legal (≥ 54,00%)

O índice projetado mantém-se abaixo do Limite de Alerta (48,60%) em todos os exercícios analisados, evidenciando conformidade com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000).

5. Dotação Orçamentária

A despesa decorrente da alteração proposta está prevista e amparada pela seguinte dotação orçamentária:

Campo	Descrição
Ref. Dotação	271 – 04.001.0004.0123.0200.2007.3319011000000000
Órgão	04 – Secretaria Municipal da Fazenda
Unidade	001 – Secretaria Municipal da Fazenda
Função	0004 – Administração
Subfunção	0123 – Administração Financeira
Código Programa	0200 – Gestão do Poder Executivo
Tipo Ação	Atividade
Código Ação	2007 – Manutenção das Atividades
Elemento	3319011000000000 – Vencimentos e vantagens fixas
Vínculo	15000001 – Recurso Livre – Administração Direta

A adequação orçamentária observa os arts. 16 e 17 da LC nº 101/2000. O custo integral com as gratificações, incluídas incidências e reflexos, será ressarcido ao Executivo pelo Legislativo no mês subsequente, mediante desconto no duodécimo.

6. Conclusão

O impacto mensal estimado é de R\$ 1.303,57, com custo anual de R\$ 14.116,78 em 2026, R\$ 21.743,76 em 2027 e R\$ 22.613,51 em 2028. O índice de despesa com pessoal permanece abaixo do Limite de Alerta da LRF



em todos os cenários, e a despesa encontra amparo na dotação Ref. 271, com ressarcimento integral pelo Legislativo.

São João do Polêsine, 10 de março de 2026.

JULIA CLEOMARA ERPEN
Contadora

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 10/03/2026 17:06 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/rp1b6d305039789>

